

## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

#### **PROJETO DE LEI Nº 5.867, DE 2009**

Regulamenta a participação de crianças e adolescentes nos meios de comunicação.

**Autor:** Deputado LUIZ CARLOS HAULY

**Relatora:** Deputada FLÁVIA MORAIS

#### **COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO**

Apresentamos a esta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público nosso parecer ao Projeto de Lei n.º 5.867, de 2009, de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, cujo objetivo é regulamentar a participação de crianças e adolescentes nos meios de comunicação.

Durante a discussão da matéria, realizada na reunião do dia 7 de novembro, recebemos sugestão da Deputada Érika Kokay para aperfeiçoamento da proposição, mais especificamente para agravar a penalidade para a empresa que reincidir no descumprimento de normas de proteção à criança e ao adolescente.

Entendemos que a sugestão reforça a segurança pretendida pela proposição e, naquela ocasião, retiramos o projeto de pauta para que pudéssemos encontrar uma solução adequada ao melhor interesse das partes envolvidas nas relações contratuais a ser reguladas pela lei.

## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Nesse sentido, acatamos a sugestão e incluímos em nosso substitutivo uma alteração em seu art. 3º, que passará a prever a possibilidade de dobrar a multa em caso de reincidência no descumprimento das normas de proteção às crianças e aos adolescentes previstas no art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente, sem prejuízo de outras sanções de natureza civil e penal.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei n.º 5.867, de 2009, nos termos do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em 13 de novembro de 2018.

**Deputada Flávia Moraes – PDT/GO**

Relatora

## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.867, DE 2009**

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990, para dispor sobre as atividades artísticas e afins exercidas por crianças e adolescentes nos meios de comunicação.

#### **O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para dispor sobre o exercício de atividades artísticas e afins por crianças e adolescentes nos meios de comunicação.

**Art. 2º** O art. 60 da Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 60. É proibido o trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.*

*Parágrafo único. A proibição de que trata o caput deste artigo não impede o exercício pelas crianças e adolescentes de atividades artísticas nos meios de comunicação, desde que sejam atendidas cumulativamente as seguintes condições:*

*I – concessão de alvará pela autoridade judiciária, nos termos desta Lei;*

*II – autorização dos pais ou responsáveis;*

*III – acompanhamento da criança e do adolescente menor de quatorze anos, no local da atividade, por um dos pais ou responsável ou por pessoa devidamente autorizada por este;*

*IV – comprovação de matrícula e frequência escolar mínima prevista no art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, cabendo ao contratante fiscalizar a continuação da sua regularidade, e suspender o contrato em caso de absenteísmo do contratado;*

*V – avaliação contínua e cumulativa do desempenho escolar, cabendo ao contratante fiscalizar o desempenho do*

## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

*contratado, e suspender o contrato em caso de queda significativa de desempenho;*

*VI – atividades e horários, condições ambientais, instalações e recursos humanos compatíveis com a sanidade, a segurança e o desenvolvimento físico, psíquico, moral e social da criança ou do adolescente, devendo o contratante garantir inclusive atendimentos médico e psicológico, locais de repouso e alimentação adequados.” (NR)*

**Art. 3º** A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 258-D.:

*“Art. 258-D. Descumprir as normas de proteção à criança e ao adolescente previstas no art. 60 desta Lei, sem prejuízo de outras sanções, inclusive as de natureza civil e penal, nos termos previstos em lei:*

*Pena – para o contratante: multa de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Para os demais infratores, inclusive pais e responsáveis: multa de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais). A pena é aumentada até o dobro em caso de reincidência.*

*Parágrafo único. Os valores das multas serão:*

*I – corrigidos no primeiro dia útil de cada mês pela variação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic ou outro índice que venha a substituí-lo;*

*II – revertidos para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estadual ou municipal, conforme a abrangência da difusão das promoções e divulgações, nos termos do regulamento. (NR)”*

**Art. 4º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 13 de novembro de 2018.

**Deputada Flávia Morais – PDT/GO**

Relatora